



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP
Marechal Cândido Rondon / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



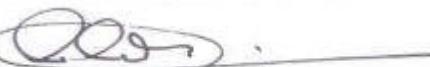
Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 05 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: campanha de incentivo ao empreendedorismo local (em decorrência da pandemia do novo corona vírus); propagação do Sicredi Conecta ao empreendedor local como um novo gerador de negócios; fortalecimento e expansão para o Estado de São Paulo, cidade de Barretos, do Programa A União Faz a Vida; Campanha Sicredi Aliança quanto aos cuidados sanitários no combate ao corona vírus em todas as nossas agências; Lives Solidárias durante todo o Dia C; Digitalização do Boas-Vindas aos novos associados; Semana ENEF Digital e a manutenção do Programa Crescer seguindo rigorosamente as regras sanitárias impostas.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Reforma e Estatutária da Cooperativa adaptando-a a minuta sistêmica, inauguração de novas agências nas cidades de Marechal Cândido Rondon-PR, Barretos-SP e Monte Azul Paulista-SP, levando a possibilidade de mais associados conhecerem, se associarem e movimentarem seus recursos financeiros com a cooperativa, entrega de prêmios e live com a dupla sertaneja Matogrosso & Mathias em comemoração aos 35 anos da cooperativa, capacitação dos Coordenadores de Núcleo através da realização de programa de formação.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP
CNPJ/MF nº 79.052.122/0001-81

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.536.402	959.406	PASSIVO		1.331.636	786.591
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	8.746	9.965	DEPÓSITOS	(Nota 12)	942.719	555.480
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.481.187	899.085	Depósitos à vista		235.209	119.812
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	15.326	29.475	Depósitos interfinanceiros		65.719	9.646
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	551	-	Depósitos a prazo		641.791	426.022
Centralização financeira	(Nota 04)	474.300	237.446	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		294.812	175.285
Relações interfinanceiras ativas		222	47	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	277.809	159.811
Operações de crédito	(Nota 07)	927.070	594.435	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	8.618	8.573
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	63.718	37.682	Obrigações por repasses	(Nota 15)	2.170	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(36.318)	(27.574)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	6.215	6.901
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	12.699	13.212	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	268	729
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	20.911	20.678	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	93.837	55.097
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	45.091	39.906	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	204.766	172.815
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.086	4.134	CAPITAL SOCIAL		88.978	77.946
				RESERVAS DE SOBRAS		109.748	90.728
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		6.040	4.141
TOTAL DO ATIVO		1.536.402	959.406	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.536.402	959.406

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP
CNPJ/MF nº 79.052.122/0001-81

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	71.116	131.266	109.453
Operações de crédito	(Nota 07) 70.982	130.658	109.170
Resultado títulos e valores mobiliários	111	585	254
Resultado das aplicações compulsórias	23	23	29
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(21.514)	(44.460)	(40.420)
Operações de captação no mercado	(6.194)	(13.894)	(21.279)
Operações de empréstimos e repasses	(5.240)	(9.792)	(7.047)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07) (10.080)	(20.774)	(12.094)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	49.602	86.806	69.033
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(30.279)	(49.651)	(39.127)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22.223	40.535	31.615
Rendas de tarifas bancárias	5.374	10.399	9.401
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23) (21.800)	(41.938)	(37.566)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24) (19.865)	(39.131)	(36.391)
Dispêndios e despesas tributárias	(343)	(907)	(1.032)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25) 9.232	17.430	21.153
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26) (25.100)	(36.039)	(26.307)
RESULTADO OPERACIONAL	19.323	37.155	29.906
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	799	813	1.972
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	20.122	37.968	31.878
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	600	(637)	(767)
Provisão para Imposto de Renda	394	(408)	(477)
Provisão para Contribuição Social	206	(229)	(290)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.552)	(6.295)	(5.397)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	17.170	31.036	25.714

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP

CNPJ/MF nº 79.052.122/0001-81

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	71.054	75.345	2.725	149.124
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.699	-	(2.699)	-
Outras destinações	-	-	(26)	(26)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.200	-	-	4.200
Baixas de capital	(4.445)	-	-	(4.445)
Resultado do período	-	-	25.714	25.714
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.655)	(1.655)
Juros sobre o capital próprio	4.438	-	(4.535)	(97)
Reserva legal - Estatutária	-	10.767	(10.767)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.722	(2.722)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	1.894	(1.894)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	77.946	90.728	4.141	172.815
Mutações do Período	6.892	15.383	1.416	23.691
Saldos no início do período em 01/01/2020	77.946	90.728	4.141	172.815
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.094	-	(4.094)	-
Outras destinações	-	-	(47)	(47)
Capital de associados				
Aumento de capital	7.596	-	-	7.596
Baixas de capital	(4.163)	-	-	(4.163)
Resultado do período	-	-	31.036	31.036
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.416)	(2.416)
Juros sobre o capital próprio	3.505	-	(3.560)	(55)
Reserva legal - Estatutária	-	15.703	(15.703)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.317	(3.317)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	88.978	109.748	6.040	204.766
Mutações do Período	11.032	19.020	1.899	31.951
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	81.930	90.728	13.866	186.524
Capital de associados				
Aumento de capital	5.423	-	-	5.423
Baixas de capital	(1.880)	-	-	(1.880)
Resultado do período	-	-	17.170	17.170
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.416)	(2.416)
Juros sobre o capital próprio	3.505	-	(3.560)	(55)
Reserva legal - Estatutária	-	15.703	(15.703)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.317	(3.317)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	88.978	109.748	6.040	204.766
Mutações do Período	7.048	19.020	(7.826)	18.242

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP
CNPJ/MF nº 79.052.122/0001-81

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	22.447	42.531	30.039
Resultado do semestre/exercício	17.170	31.036	25.714
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.277	11.495	4.325
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.190	8.744	744
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	19	19	(43)
Depreciação e amortização	2.964	5.545	4.619
Baixas do ativo permanente	18	64	288
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(498)	(461)	373
Destinações ao FATES	(2.416)	(2.416)	(1.656)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	90.958	200.752	(30.486)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.063	14.149	(26.755)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(550)	(551)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.543	(175)	21
(Aumento) em operações de crédito	(263.931)	(332.635)	(151.253)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	112.809	117.998	48.122
(Aumento) em outros ativos financeiros	(21.461)	(26.036)	(11.846)
(Aumento) Redução em outros ativos	2.106	494	(4.001)
Aumento em depósitos	215.079	387.239	97.519
Aumento (Redução) em passivos financeiros	57	(686)	975
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	131	2.215	1.438
Absorção de dispêndios pelo FATES	(19)	(1.675)	(1.090)
Aumento em outros passivos	37.131	40.415	16.384
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	113.405	243.283	(447)
Aquisição de investimentos	-	(233)	(2.868)
Aquisição de imobilizado de uso	(4.987)	(9.487)	(11.267)
Aplicações no intangível	(741)	(1.259)	(688)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.728)	(10.979)	(14.823)
Integralização de capital	5.423	7.596	4.200
Baixa de capital	(1.880)	(4.163)	(4.445)
Juros ao capital próprio	(55)	(55)	(97)
Distribuição de Sobras	-	(47)	(26)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	3.488	3.331	(368)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	111.165	235.635	(15.638)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	371.881	247.411	263.049
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	483.046	483.046	247.411

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP
CNPJ/MF nº 79.052.122/0001-81

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	17.170	31.036	25.714
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	17.170	31.036	25.714

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança - Sicredi Aliança PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 06/07/1985 e sede situada na Rua Espírito Santo, 991, na cidade de Marechal Cândido Rondon - Paraná . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 25 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Expositiva; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada a 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	8.746	9.965
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	474.300	237.446
Total	483.046	247.411

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.418	12.908	15.326	29.475	
Total	-	2.418	12.908	15.326	29.475	
Total circulante			2.418		-	
Total não circulante			12.908		29.475	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - outros	-	558	-	558	-	
(-) Provisão de desvalorização	-	(7)	-	(7)	-	
Total	-	551	-	551	-	
Total circulante				551	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	6.479	81.845	156.106	265.663	510.093	324.883
Financiamentos	642	15.714	46.941	111.605	174.902	123.792
Financiamentos rurais e agroindustriais	111	20.489	117.279	104.196	242.075	145.760
Total das operações de crédito	7.232	118.048	320.326	481.464	927.070	594.435
Avalis e fianças honrados	887	-	-	-	887	407
Devedores por compra de valores e bens	-	31	94	73	198	110
Títulos e créditos a receber	-	43.354	15.376	37	58.767	34.684
Total de outros créditos	887	43.385	15.470	110	59.852	35.201
Carteira total	8.119	161.433	335.796	481.574	986.922	629.636
Total circulante				505.348	387.666	
Total não circulante				481.574	241.970	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	32.285	476	-	-
A	0,50	373.706	239.251	1.864	1.196
B	1,00	382.921	231.439	3.821	2.314
C	3,00	133.248	104.911	3.994	3.147
D	10,00	29.861	25.857	2.962	2.586
E	30,00	10.664	8.895	3.197	2.669
F	50,00	5.527	4.086	2.764	2.043
G	70,00	3.315	3.675	2.321	2.573
H	100,00	15.395	11.046	15.395	11.046
Total		986.922	629.636	36.318	27.574

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 290.148 (dezembro de 2019 - R\$ 210.596) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 4.766 (dezembro de 2019 - R\$ 5.170) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	4.744	73.433	101.824	176.988	356.989	254.063
Rural	111	20.489	117.279	104.196	242.075	145.760
Industrial	46	12.684	9.944	22.917	45.591	36.706
Comércio	1.693	28.327	47.555	77.000	154.575	90.946
Outros serviços	1.525	26.500	59.194	100.473	187.692	102.161
Total	8.119	161.433	335.796	481.574	986.922	629.636
Total circulante				505.348	387.666	
Total não circulante				481.574	241.970	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	112.550	11,40	62.025	9,85
50 devedores seguintes	143.305	14,52	84.260	13,38
100 devedores seguintes	100.912	10,22	66.251	10,52
Demais	630.155	63,86	417.100	66,25
Total	986.922	100,00	629.636	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	27.574	26.830
Constituição de provisão	41.502	30.575
Reversão de provisão	(20.728)	(18.481)
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.030)	(11.350)
Saldo final	36.318	27.574

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	40.492	81.401	78.861
Financiamentos	11.756	22.317	17.839
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.960	11.137	7.811
Outros	39	50	87
Subtotal	58.247	114.905	104.598
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	12.735	15.753	4.572
Total	70.982	130.658	109.170

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 43.732 (2019 - R\$ 21.476).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	58.767	34.684
Rendas a receber	3.041	1.912
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	198	110
Avais e fianças honrados (Nota 07)	887	407
Operações com cartões	701	442
Devedores por depósitos em garantia	124	127
Total	63.718	37.682
Total circulante	63.484	37.543
Total não circulante	234	139

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	8.925	9.804
Adiantamentos e antecipações salariais	1.302	1.059
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	42	46
Adiantamentos para Confederação Sicredi	899	876
Impostos e contribuições a compensar	412	389
Cotas de consórcio	50	50
Pendências a regularizar	316	147
Outros	753	841
Total	12.699	13.212
Total circulante	12.699	11.736
Total não circulante	-	1.476

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	7.428	8.188
Imóveis	7.378	8.078
Veículos e afins	50	110
Despesas antecipadas	1.516	140
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(19)	-
Total circulante	8.925	8.328
Despesas antecipadas	-	1.476
Total não circulante	-	1.476

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	-	(43)
Constituição de provisão	(19)	-
Reversão de provisão	-	43
Saldo final	(19)	-

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	12.641	12.580
Sicredi Participações S.A.	8.269	8.097
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.911	20.678

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	2.682.194 ON	2.682.194 ON	1	1	12.641.097	12.580.480
	5.586.482 PN	5.586.482 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,70%	0,79%	0,62%	0,62%	3,96%	3,97%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	8.269	8.097	1	1	12.641	12.580

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	62.652	(17.561)	45.091	39.906	
Imobilizações em curso	-	3.220	-	3.220	2.973	
Terrenos	-	4.202	-	4.202	2.702	
Edificações	4%	9.483	(2.678)	6.805	5.668	
Instalações	10%	12.278	(5.222)	7.056	7.970	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	12.288	(1.331)	10.957	9.379	
Móveis e equipamentos	10%	13.036	(4.138)	8.898	8.041	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	996	(339)	657	396	
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.259	(3.468)	2.791	2.094	
Veículos	20%	890	(385)	505	683	
Intangível		10.003	(5.917)	4.086	4.134	
Investimentos Confederação		10.003	(5.917)	4.086	4.134	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	235.209	-	-	235.209	119.812	
Depósitos interfinanceiros	15.510	50.209	-	65.719	9.646	
Depósitos a prazo	11.959	24.702	605.130	641.791	426.022	
Total	262.678	74.911	605.130	942.719	555.480	
Total circulante				337.589	160.569	
Total não circulante				605.130	394.911	

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	277.808	159.811
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	-
Total	277.809	159.811

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.936	122.202	109.456	254.594	159.811
Total - Recursos do Crédito Rural	22.936	122.202	109.456	254.594	159.811
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	48	-	23.166	23.214	-
Total - Outros Recursos	48	-	23.166	23.214	-
Total	22.984	122.202	132.622	277.808	159.811
Total circulante				145.186	108.080
Total não circulante				132.622	51.731

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 18/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	49	8.569	8.618	8.573
Total	-	49	8.569	8.618	8.573
Total circulante				49	5
Total não circulante				8.569	8.568

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	208	657	1.305	2.170	-
Total	208	657	1.305	2.170	-
Total circulante				865	-
Total não circulante				1.305	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 14/10/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.766	5.170
Recursos em trânsito de terceiros	1.446	1.731
Recursos vinculados a operações de crédito	3	-
Total circulante	6.215	6.901

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	156	589
Cível	Provável	112	140
Total não circulante		268	729

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	589	99	(532)	156
Cível	140	97	(125)	112
Total não circulante	729	196	(657)	268

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 525; R\$ 221; R\$ 145 (dezembro de 2019 - R\$ 462, R\$ 202 e R\$ 145), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	56.877	33.452
Provisão para pagamentos a efetuar	3.818	3.310
Cotas de capital a pagar	4.433	3.740
Provisão para participações nos lucros	7.046	5.729
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.610	1.656
Impostos e contribuições a recolher	1.272	1.147
Credores diversos	3.845	3.653
Cheques administrativos	12.887	2.102
Cobrança e arrecadação de tributos	1	198
Pendências a regularizar	1.048	110
Total circulante	93.837	55.097

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	88.978	77.946
Total de associados	61.982	53.154

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.032 (2019 – R\$ 6.892), sendo R\$ 7.599 (2019 – R\$ 7.137) via integralização de resultados e R\$ 7.596 (2019 – R\$ 4.200), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.163 (2019 – R\$ 4.445).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,34% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.560, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 781 (R\$ 1.894 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favoráveis, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	37.968	31.879
Participação nas sobras	(6.295)	(5.397)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	31.673	26.481
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(12.669)	(10.593)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	10.377	7.712
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.424	1.814
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	244	350
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(13)	(50)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(637)	(767)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	15.326	29.475
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	551	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	474.300	237.446
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.728	1.652
Outros ativos (Nota 09)	899	1.189
Investimentos (Nota 10)	20.911	20.678
Intangível (Nota 11)	4.086	4.134
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	65.719	9.646
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	277.808	159.811
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.618	8.573
Outros passivos (Nota 18)	54.192	33.414
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	585	254
Ingressos e receitas de prestação de serviços	11.314	8.680
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	9.513	15.242
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 20)	781	1.894
Despesas		
Operações de captação no mercado	930	312
Operações de empréstimos e repasses	9.792	7.047
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	2.414	2.927
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	12.685	12.590

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	47	0,02%	61
Depósitos a prazo	758	0,12%	460
Operações de crédito	2.245	0,24%	1.940

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.477	4.433

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	11.615	23.018	20.520
Benefícios	5.284	10.010	8.119
Encargos sociais	4.535	8.309	7.465
Treinamentos	366	601	1.462
Total	21.800	41.938	37.566

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	454	973	951
Aluguéis	1.760	3.408	3.008
Comunicação	675	1.343	1.452
Manutenção e conservação	1.081	2.075	1.799
Material de expediente	330	560	486
Processamento dados	763	1.346	719
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	3.484	6.873	8.155
Serviços do sistema financeiro	1.989	3.801	3.562
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.666	4.383	2.298
Serviços de vigilância e segurança	1.136	2.255	2.050
Serviços de transportes	851	1.646	1.284
Depreciação	2.207	4.238	3.599
Amortização (Rateio Confederação)	757	1.307	1.020
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	219	2.035	1.796
Emolumentos e taxas diversas	289	669	668
Outras despesas administrativas	1.204	2.219	3.544
Total	19.865	39.131	36.391

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	19	1.675	1.090
Recuperação de encargos e despesas	752	1.071	930
Ingressos depósitos intercooperativos	4.550	9.032	14.773
Reversão de provisões operacionais	1.210	1.602	2.317
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	981	2.100	1.641
Reversão de provisões para passivos contingentes	599	657	94
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	638	638	-
Outras rendas operacionais	483	655	308
Total	9.232	17.430	21.153

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	12.978	14.499	6.440
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	172	716	1.233
Contribuição Confederação Sicredi	4.833	9.172	8.464
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	559	1.110	1.146
Encargos da administração financeira	-	2	79
Repasse Administradora de Cartões	-	148	371
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.284	1.892	1.719
Provisões para passivos contingentes	101	196	467
Outras provisões operacionais	731	1.354	1.176
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.058	3.323	2.023
Risco operacional	703	922	614
Juros e comissões	919	1.462	919
Outras despesas operacionais	654	1.028	1.449
Total	25.100	36.039	26.307

NOTA 27 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	17.170	31.036	25.714
Eventos não recorrentes	781	781	1.894
Resultado recorrente	16.389	30.255	23.820

NOTA 28 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	290.148	210.596
Total	290.148	210.596

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e relatório da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	200.680	168.681
Nível I (NI)	200.680	168.681
Capital principal - CP	200.680	168.681
Capital social	88.978	77.946
Reservas de capital	109.748	90.728
Lucros acumulados	6.040	4.141
Ajustes Prudenciais	(4.086)	(4.134)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.303.386	873.220
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.020	2.324
Margem de Capital	79.097	74.669
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,40%	19,32%
Situação de Imobilização (Imob)	45.092	39.907
Índice de Imobilização (Imob / PR)	22,47%	23,66%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Fernando Barros Fenner
Diretor Executivo
CPF: 970.227.050-20

Roberto Bernardi
Diretor de Operações
CPF: 660.825.879-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20